

QUESTÃO PRÁTICA 01:

Manuel dos Santos apresenta ao 10º Oficial de Registro de Imóveis de Fortaleza uma escritura pública de compra e venda de imóvel urbano. Nesta escritura ele compra o imóvel para seu filho único (nascido em 01/04/1992) Rodrigo dos Santos no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) com doação de numerário, instituição de usufruto para ele e sua esposa Dolores dos Santos com cláusula de acrescer e imposição das cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade. O vendedor é o atual proprietário do imóvel (matrícula nº 37.000) e único registro realizado foi o R.1 referente a uma penhora trabalhista. Destarte, responda e justifique com fundamento na legislação e segundo a doutrina e jurisprudência majoritária: o título apresentado é apto a ingresso no fôlio real? Em caso positivo lavrar o registro(s) e/ou averbação(ões) correspondentes. No caso de resposta negativa elaborar a nota devolutiva. Os atos devem ser elaborados de acordo com a legislação aplicável e os dados não fornecidos na questão poderão se completados pelos candidatos.

QUESTÃO PRÁTICA 02:

Menor com 16 anos completos não emancipado comparece ao Tabelionato de Notas, acompanhado apenas de seu genitor, declarando:

- Que se encontra terminalmente enfermo em decorrência de um tumor maligno para qual inexistente tratamento;
- Que sua expectativa de vida é de 3 meses, no máximo;
- Que sua namorada que conta com 18 anos completos está grávida de 4 meses;
- Que gostaria de reconhecer a paternidade da criança que nascerá;
- Que gostaria de deixar metade dos bens que possui, adquiridos por herança de seu pai, para a sua irmã até que seu filho complete 18 anos;
- Caso a criança não sobreviva seus bens deverão reverter para a sua irmã.

Você como tabelião deve formalizar a vontade do consulente, explicitando como deverá ser realizado cada ato ou informá-lo da impossibilidade de fazê-lo, citando a base legal.

QUESTÃO TEÓRICA 01:

Dispõe o artigo 5º (Título II Dos Direitos e Garantias Fundamentais – Capítulo I Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos), inciso XXXIV, alínea “a”, da Constituição Federal: *são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.* Discorra sobre o instituto ali previsto, abordando clara e objetivamente os seguintes pontos:

- Sua origem histórica;
- Se possível a sua utilização como instrumento de defesa jurisdicional;
- Se possível o seu manejo também por estrangeiros;
- Se seu uso é restrito à defesa de direitos individuais, tão-somente e;
- Quais os destinatários da petição.

QUESTÃO TEÓRICA 02:

Leia atentamente as proposições que seguem e responda o que se pede, fundamentada e objetivamente, em no mínimo 10 (dez) e no máximo 15 (quinze) linhas. Considere, para a resposta, o conteúdo normativo editado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e pela Corregedoria Geral da Justiça:

- Determinado notário percebe a presença de rasuras e borrões durante a escrituração de um ato, que comprometem a fidelidade deste. Como deverá proceder na hipótese? Fundamente a resposta, indicando o dispositivo legal pertinente.
- Certo Tabelião de Protestos, ao examinar título de crédito apresentado pelo credor, verifica a ocorrência da prescrição. Descreva a conduta correta a ser adotada para o deslinde do problema, indicando o dispositivo correspondente.

QUESTÃO TEÓRICA 03:

Leia atentamente o problema proposto a seguir e responda o que se pede, fundamentada e objetivamente, em no mínimo 10 (dez) e no máximo 15 (quinze) linhas. As respostas deverão ser efetivadas com fundamento na lei seca dos Códigos Civil e Processo Civil, que tratam especificamente acerca dos temas:

João de tal, brasileiro, homem abastado e de vasto patrimônio imobiliário no Brasil, com 58 anos de idade, viúvo e sem herdeiros necessários, em fevereiro de 2006 resolveu fazer um cruzeiro marítimo internacional, por trinta dias, com início em águas brasileiras, com escalas nos portos de Santos, Rio de Janeiro, Vitória e Salvador, seguindo, posteriormente, com destino à Barcelona e Ilhas Gregas. No trajeto entre Santos e Rio de Janeiro conheceu uma mulher mais jovem e bonita, com quem se enamorou imediatamente, mantendo com ela um tórrido romance. Homem solitário e sofrido pela viuvez de vários anos, desconhecia ser portador de grave doença incurável, diagnosticada a bordo, após sofrer mal súbito. Acreditando estar à beira da morte, tomou duas decisões ainda no litoral fluminense: seguir viagem, recomendando ao Comandante que se viesse a falecer, atravessando o Atlântico, rumo à Europa, desejava que seus despojos fossem lançados ao mar; além disso, na presença de duas testemunhas, testou, por forma correspondente ao testamento público, que todos os seus bens deveriam ser transmitidos à recente namorada. Após alguns dias acamado, permaneceu embarcado sob os cuidados solícitos do serviço médico do navio e da namorada, que aparentava dedicar-lhe grande afeição. O Comandante, acatando seus desejos, fez o registro do testamento no diário de bordo e seguiu viagem normalmente, com escalas em Vitória e Salvador, sem qualquer outra providência. Todavia, poucos dias depois, a viagem produziu inesperado efeito geral no paciente, que se recuperou plenamente. Coincidentemente com a melhoria do seu estado físico, seu romance esfriou e o casal acabou rompendo o relacionamento em Barcelona, tendo João seguido para Madrid, sozinho, interrompendo o cruzeiro e retornando ao Brasil, de avião. De retorno ao país, resolveu adotar o filho de sua empregada, de 14 anos de idade, vindo a falecer dois anos após, durante outra viagem internacional, quando se encontrava em Paris, na França.

Tendo conhecimento do óbito, a ex-namorada tratou de documentar o testamento que fora lavrado a bordo, tentando promover o registro em Salvador, local de seu domicílio, requerendo em seguida ao juiz do inventário o seu cumprimento, atribuindo-se a qualidade de sucessora de todos os bens do “de cujus”, convencida de que, precedendo a avença à adoção, teria pleno direito, em detrimento do filho adotivo.

Responda fundamentadamente com base em dispositivos legais, as seguintes indagações:

- a) Tem validade jurídica o testamento lavrado a bordo? Nesse caso, foram observados os procedimentos legais?
- b) O adotado é herdeiro necessário? Nesse caso, terá de dividir a herança ou será o sucessor universal?
- c) Tendo em consideração que o óbito se verificou no exterior, em que foro tramitará o processo de inventário?

QUESTÃO TEÓRICA 04:

Leia atentamente o problema proposto a seguir e responda o que se pede, fundamentada e objetivamente, em no mínimo 10 (dez) e no máximo 15 (quinze) linhas. As respostas deverão ser efetivadas com fundamento na lei seca dos Códigos Civil e Processo Civil, que tratam especificamente acerca dos temas:

Paulo de tal, casado de primeiras núpcias com Eneida, em regime de comunhão parcial, manteve com ela um relacionamento conjugal que perdurou por quinze anos, até vir a falecer subitamente. Dessa relação nasceram quatro filhos. Empresário bem sucedido, e com patrimônio apreciável, na constância do casamento mantivera um relacionamento adúltero com outra mulher, no último ano de existência, repassando-lhe, por doação, alguns bens de grande valor patrimonial, da família, evidentemente ignorados pelos familiares, quando aberta a sucessão. O relacionamento clandestino tornou-se público somente quando compareceu a “namorada” ao velório e ao sepultamento, comportando-se acintosamente como viúva, rivalizando com a mulher os sentimentos de consternação da família perante todos os convidados. Após o escândalo, que abalou a família, descobriu-se que, de fato, vários dos bens tinham sido doados para a cúmplice, como agrado por seus favores sexuais.

Nesse contexto, indaga-se, havendo a resposta de ser fundamentada na norma civil:

- a) É possível ao cônjuge ou aos herdeiros necessários desconstituir as doações praticadas, revertendo para o espólio esses bens objeto da doação?
- b) Em caso positivo, indique o prazo e a ação judicial correspondente que poderá ser manejada para desconstituir o ato jurídico em questão.